

AS NOVAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS, O MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL E AS MUDANÇAS EM RAZÃO DESSAS TEORIAS

Evaldo Lourenço de Lima¹

RESUMO: O Objetivo deste trabalho é descrever as novas teorias dos movimentos sociais de acordo com Maria da Glória Gohn; traçar a trajetória de três importantes movimentos negros existentes em épocas diferentes na história do Brasil, quais sejam: Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU), e por fim verificar as mudanças ocorridas em razão dessas novas teorias. O mundo sofreu e sofre transformações que afetam as relações interpessoais, exigindo-se uma postura diferente daquela até então usada; a exemplo disso tem-se a globalização que modificou as posturas empresariais, as relações sociais deixam de aplicar padrões antigos, se adaptando às novas tecnologias e inovações, criando um novo cenário social, surgem novos atores, como as ONGs e demais instituições do terceiro setor, e novas formas de ações coletivas, como as mobilizações sociais, e tudo isso afeta o chamado paradigma da modernidade, exigindo-se uma rediscussão de um novo paradigma, e as novas teorias dos movimentos sociais vêm dar suporte à rediscussão e ao entendimento dessa nova realidade. Os movimentos sociais tradicionais baseados nas teorias clássicas se enfraqueceram, quase perderam completamente o princípio essencial de suas lutas, o da universalidade, os interesses foram fragmentados, pontuais, individualizados de acordo com a necessidade de cada grupo social a ser contemplado pelas ações sociais, políticas públicas e ações afirmativas impostas pelo governo, de cima para baixo. Os movimentos sociais perderam espaços para as instituições do terceiro setor, principalmente as Organizações Não Governamentais (ONGs) que são financiadas por meio de verbas públicas e institucionalizada as suas ações. A metodologia utilizada foi a dedutiva e pesquisa bibliográfica. Este trabalho é importante para demonstrar, o novo panorama vivido pelos movimentos sociais na atualidade frente às novas teorias.

Palavras-chave: Movimento Negro. Movimentos sociais. Novas teorias. Universalidade.

ABSTRACT: The purpose of this paper is to describe the new theories of social movements according to Maria da Glória Gohn; to trace the trajectory of three important black movements existing at different times in the history of Brazil, namely: Black Front Brazilian (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) and Unified Negro Movement (MNU), and finally to verify the changes that have occurred due to these new theories. The world has undergone and undergoes

¹Mestrando em Direito (UNESC), Especialista em Contabilidade Gerencial – Controladoria (UNESC) e Graduado em Administração (UNESC), Ciências Contábeis (UNESC) e Direito (UNISUL). Advogado e Professor na UNESC. E-mail: evaldoldelima@terra.com.br

transformations that affect interpersonal relations, demanding a different posture than the one hitherto used; for example, globalization has changed business postures, social relations fail to apply old standards, adapting to new technologies and innovations, creating a new social scenario, new actors emerge, such as NGOs and other institutions of the third sector, and new forms of collective action such as social mobilizations, all of which affect the so-called paradigm of modernity, requiring a re-discussion of a new paradigm, and the new theories of social movements support the rediscussion and understanding of this new reality. The traditional social movements based on classical theories have weakened, almost completely lost the essential principle of their struggles, that of universality, interests were fragmented, punctual, individualized according to the need of each social group to be contemplated by social, political, and affirmative actions imposed by the government from top to bottom. Social movements have lost ground to third sector institutions, especially non-governmental organizations (NGOs) that are funded through public funding and institutionalized their actions. The methodology used was the deductive and bibliographical research. This work is important to demonstrate, the new panorama experienced by the social movements in the present time in front of the new theories.

Keywords: Black Movement. Social movements. New theories. Universality.

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por objetivo apresentar as novas teorias dos Movimentos Sociais de Maria da Glória Gohn e verificar a trajetória de alguns movimentos negros no Brasil: Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU), na caminhada de luta contra o racismo institucionalizado no Brasil, frente a essas teorias, buscando minorar a discriminação racial.

Historicamente o negro sofre discriminação racial em virtude da sua “cor da pele”, tendo como origem a escravatura, e após seu término, no abandono dos ex-escravos por parte do governo republicano que estava se instalando no Brasil. Em razão disso, buscando o reconhecimento e a luta contra o racismo, o movimento negro começou a se intensificar, apesar dos altos e baixos devido aos problemas enfrentados por este, principalmente devido aos regimes ditatoriais havidos na história do Brasil, primeiro com Getúlio Vargas (Estado Novo) em que o principal movimento negro da época, Frente Negra Brasileira (FNB) foi fechado e na década de 1970 e parte de 1980, com a Ditadura Militar, quando os movimentos sociais, não apenas os

negros, foram sufocados pelo regime ditatorial militar, com quase nenhuma visibilidade, sobrevivendo e renascendo na clandestinidade, como ocorreu com o Movimento Negro Unificado (MNU) que foi fundado em plena ditadura (1978), desafiando o regime, lutando contra a discriminação racial e buscando a redemocratização do país.

Segundo Gohn (2014) hodiernamente existem várias ações coletivas que são levadas em consideração pelas novas teorias. Novos atores e formas de ações coletivas estão surgindo, papel antes reservado aos movimentos sociais. Na luta contra o racismo e a discriminação racial no Brasil não é diferente desse panorama, porquanto ações de grupos isolados buscam o atendimento de objetivos pessoais junto ao governo por meio de políticas públicas, e isso vem ao encontro das palavras de Gohn (2014, p. 160) “fragiliza as demandas por direitos porque o princípio da igualdade não é considerado – na medida em que as políticas perdem o caráter universal e passam a ser focalizadas”.

O fenômeno da globalização teve um papel importante no desenvolvimento das teorias sociais, porquanto o Estado perdeu sua importância como agente regulador, passando o foco dos interesses à sociedade civil.

A fim de analisar os diferentes movimentos sociais no mundo, como no Brasil atual, Gohn (2014) destaca quatro pontos fundamentais, levando em consideração os campos sociopolítico, econômico e cultural do país.

De acordo com a autora, o primeiro seria identificar o tipo de ação coletiva dos movimentos atuais, que tem foco no particular, nos interesses imediatos e do grupo social, porquanto são diferentes dos movimentos do final da década de 1970 lutavam para ter “direito a ter direitos”, no foco universal.

O segundo fundamento está na ampliação dos protagonistas de ações coletivas e formas de mobilizações e atuações, pois com as tecnologias as fronteiras dos conflitos e tensões sociais são alargadas em razão da globalização surge uma nova geopolítica.

Outro fundamento mencionado por Gohn (2014) é o papel do Estado que mudou em relação à sociedade civil e a ele próprio, pois priorizam ou buscam a inclusão social das camadas da população mais vulneráveis ou excluídas.

Por derradeiro, traz um quarto fundamento que é a grande lacuna na produção acadêmica sobre os movimentos sociais, o que de certa forma escamoteia o debate a seu respeito.

Os movimentos sociais, não sendo exclusividade dos movimentos negros, têm suas trajetórias neste cenário, porquanto, novos atores e formas de ações coletivas emergiram no decorrer dos tempos e o próprio Estado e a sociedade civil tiveram suas atuações alteradas; entraram em cena as instituições do chamado Terceiro Setor, como as Organizações Não Governamentais (ONGs), surgindo nos debates muitas interrogações a serem respondidas quanto as novas formas de ações coletivas, antes exclusividade dos movimentos sociais, quanto ao papel dos movimentos sociais frente às novas teorias e quais os rumos a serem traçados.

O método utilizado é o dedutivo, porquanto este trabalho está embasado em pesquisa bibliográfica de livros, artigos, teses, dissertações e sites sobre o assunto discorrido, ou seja, as novas teorias do movimento social e a trajetória de alguns movimentos negros importantes na luta contra o racismo no Brasil frente a essas teorias.

O artigo será dividido em três tópicos, sendo que o primeiro descreve as novas teorias dos movimentos sociais segundo Maria da Glória Gohn; o segundo traz a trajetória historicamente de três importantes Movimentos Negros do Brasil: Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU), e o terceiro, as mudanças de atores e formas de ações coletivas diante das novas teorias e o papel dos movimentos sociais na atualidade.

2. AS NOVAS TEORIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS: segundo Maria da Glória Gohn.

Os movimentos sociais, segundo Gohn (2014), são criados e se desenvolvem a partir de grupos da sociedade civil que buscam o reconhecimento de suas identidades por estarem/serem, de alguma forma, excluídos do/pelo sistema, por meio de lutas e tendo como referência, não somente os interesses individuais próprios do grupo, mas referendando o

universal, a fim de haja igualdade de condições para todos. Segundo Gohn (2014, p. 49) “o reconhecimento seria uma luta por ampliação de direitos”.

Falando sobre os movimentos sociais na contemporaneidade, Gohn, assim se manifesta:

Os movimentos realizam diagnósticos sobre a realidade social, constroem propostas. Atuando em redes, constroem ações coletivas que agem como resistência à exclusão e lutam pela inclusão social. Constituem e desenvolvem o chamado *empowerment* de atores da sociedade civil organizada à medida que criam sujeitos sociais para essa atuação em rede.

A autora Maria da Glória Gohn, antes de abordar as novas teorias sociais, fez um resgate das teorias clássicas das ações coletivas, o que não será objeto neste trabalho, apesar de vários conceitos serem retomados, hodiernamente.

Para Gohn (2014, p. 41) “a discussão sobre os movimentos sociais na contemporaneidade insere-se num campo mais amplo, o da crise da modernidade e emergência de novas formas de racionalidades.” Ou seja, o mundo está mudando, agora globalizado, exigem-se novas posturas empresariais, as relações sociais fogem aos padrões antigos, se adaptando às novas tecnologias e inovações, criando um novo cenário social, e tudo isso afeta o chamado paradigma da modernidade, exigindo-se uma rediscussão de um novo paradigma para atender essa realidade.

Nesse novo paradigma foram surgindo novas lutas, conforme de se constata na seguinte passagem:

E é nesse contexto que foram se materializando as reivindicações das lutas antirracismo, das mulheres e de gênero, dos povos indígenas, de orientação sexual, dos portadores de deficiências, dos movimentos dos sem-terra e sem-teto, como tantas outras (PASSOS; NOGUEIRA, 2014, p. 17).

Os movimentos sociais nascem na sociedade civil, que Scherer-Warren (2006, p. 2) conclui:

Pode-se, portanto, concluir que a sociedade civil é a representação de vários níveis de como os interesses e os valores da cidadania se organizam em cada sociedade para encaminhamento de suas ações em prol de políticas sociais e públicas, protestos sociais, manifestações simbólicas e pressões políticas.

Gohn (2014) traz à tona a discussão dos paradigmas do conhecimento que não é exclusividade no campo acadêmico, tem relação com

o poder e levanta o problema da *colonialidade do saber*, com supremacia do hemisfério norte sobre o do sul, e afirma:

O tema remete também à discussão sobre a produção/reprodução das relações sociais entre os indivíduos, grupos e movimentos da sociedade, sobre as formas como vivem, interagem, reproduzem-se, atribuem sentidos às suas experiências, produzem sua cultura, fundamentam teórico-ideologicamente seus projetos de vida e de sociedade. A discussão está também imbricada no campo das políticas públicas, na forma como se elaboram as políticas institucionais que buscam normatizar e regular as relações entre sociedade civil e sociedade política (GOHN, 2014, p. 42).

Uma questão importante a ser considerada na produção teórica sobre os movimentos sociais, razão da existência de grandes lacunas, é a globalização, porquanto surgiram novas demandas, novos conflitos e novas formas de organização, mudando até então o panorama dessas produções acadêmicas. Surgem movimentos sociais *anti* e *alterglobalização*; as lutas tornam-se globalizadas, os conflitos trazem temáticas até então não debatidas, como biodiversidade, biopoder, demandas étnicas e lutas religiosas das mais diversas seitas e crenças. Há que se enfrentar o problema da imigração, dos campos de refugiados e da fome em consequência de lutas armadas.

Nesse sentido assim se manifesta Scherer-Warren (2006), como segue:

Nas sociedades globalizadas, multiculturais e complexas, as identidades tendem a ser cada vez mais plurais e as lutas pela cidadania incluem, freqüentemente, múltiplas dimensões do self: de gênero, étnica, de classe, regional, mas também dimensões de afinidades ou de opções políticas e de valores: pela igualdade, pela liberdade, pela paz, pelo ecologicamente correto, pela sustentabilidade social e ambiental, pelo respeito à diversidade e às diferenças culturais, etc (SCHERER-WARREN, 2016, p. 7).

Com a globalização o tema dos movimentos sociais retoma sua importância no plano internacional, porquanto ultrapassam as fronteiras das nações com uma nova perspectiva. No campo interno, as ações comunitárias locais sobre os diversos aspectos, não só contra discriminação racial, mas também a diminuição das diferenças e inclusão social são destacadas.

De acordo com Gohn (2014), não só a academia se interessa pelo tema dos movimentos sociais, ONGs e outras entidades do terceiro setor, e até mesmo do poder público buscam entender esses movimentos sociais com o

objetivo obter dados para formarem seus planos de ação e até mesmo de intervenção naquela realidade vivida pelos grupos sociais.

Nesse novo cenário com mudanças significativas, bem como o desenvolvimento de políticas de mobilização social na América Latina, e consequentemente no Brasil, a autora assim se manifesta:

Justiça social, igualdade, cidadania, emancipação, direitos etc. passam a dar lugar a outras categorias, como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, autoestima, hibridismo, responsabilidade social, sustentabilidade, vínculos e laços sociais etc (GOHN, 2014, p. 45).

Em razão dessas mudanças de categorias, os analistas deixam em um segundo plano os movimentos sociais clássicos, e estão voltados quase que exclusivamente às “novas mobilizações estimuladas por programas e projetos sociais construídos por ONGs, fundações ou por políticas públicas” (GOHN, 2014, p. 45), porquanto, começa aparecer questões pontuais, como gênero, idade, raça, etnia etc.

Outro conceito que se elasteceu em função das mudanças de categorias e influência da globalização é *identidade*, que era utilizada no sentido de reconhecimento de um determinado grupo como atores sociais.

Manifestando-se sobre esse conceito, Gohn (2014) cita algumas facetas:

Identidade passa a ser uma categoria utilizada com múltiplos sentidos e significados, da identidade jurídica à identidade cultural; da identidade formada por características dos atores a identidades criadas em processos relacionais e estimuladas por políticas públicas que normatizam regras de pertencimento, identidades políticas/nacionais se cruzam com pertencimentos étnicos, religiosos e culturais. Identidade é vista como força e resistência, assim como fonte de conflitos; é também elemento de construção de emancipações (GOHN, 2014, p. 45 e 46).

Gohn (2014) também afirma que a categoria *classe social* está retornando para resolver a questão social, porquanto esta se agravou em virtude do aumento da desigualdade social, da miséria provocada pelo neoliberalismo e da ineficiência das políticas públicas voltadas para a inclusão social.

As abordagens sobre ações coletivas e movimentos sociais deste milênio, podem ser sistematizadas, de acordo com Gohn (2014) em alguns eixos-chave:

Os novos requerimentos da modernidade e a redefinição do sujeito racional de forma a incorporar as identidades culturais; a busca de um sujeito que articule o global com o local; a democracia e suas formas – com destaque para a democracia participativa e a deliberativa -, e as formas de resistência comunais – os movimentos sociais devem vincular valores autônomos surgidos nos movimentos locais (GOHN, 2014, p. 46).

De acordo com Scherer-Warren (2006), os movimentos sociais para terem maior visibilidade criaram as redes de movimentos sociais que buscam entender o rumo das ações de movimento para além das experiências já vividas por estes, e segundo ela “percebem cada vez mais a necessidade de se articularem com outros grupos com a mesma identidade social ou política, a fim de ganhar visibilidade, produzir impacto na esfera pública e obter conquistas para a cidadania” (SCHERER-WARREN, 2006, p. 5).

Outra novidade mencionada pela autora “é o uso da categoria ‘mobilização social’ como instrumento estratégico para construir ações coletivas, a partir de projetos previamente formatados” (GOHN, 2014, p. 54), e o sucesso dessas ações dependem do engajamento voluntário dos indivíduos e grupos.

Através da mobilização social, o cidadão tem a oportunidade de contribuir para a melhoria da condição de vida na sua comunidade, no seu bairro, na sua cidade, no seu país e fora dele também, participando dos vários movimentos sociais locais, regionais e globais. Portanto, são várias as oportunidades e espaços de discussões de novos direitos e lutas contra os mais variados tipos de discriminações. Um exemplo disso tem-se:

O Fórum Social Mundial (FSM) bem como outros fóruns e redes transnacionais de organizações têm sido espaços privilegiados para a articulação das lutas por direitos humanos em suas várias dimensões sociais. Assim, através dessas articulações em rede de movimento observa-se o debate de temas transversais, relacionados a várias faces da exclusão social, e a demanda de novos direitos (SCHERER-WARREN, 2006, p. 9).

Gohn (2014) mencionar que não é concebível explicar a teoria da ação social sem introduzir o tema da democracia, principalmente a participativa e deliberativa, que não se aprofundará o assunto aqui neste trabalho, mas trazendo à tona, noção básica da democracia deliberativa mencionada por ela,

de seus defensores Jürgen Habermas e Boaventura de Souza Santos, como segue:

Habermas irá definir a democracia deliberativa como um modelo de dupla entrada: de uma parte, a formação da vontade democrática constituída em espaços institucionais (no Brasil, podemos pensar no caso dos conselhos gestores, por exemplo); de outra parte, nos espaços extrainstitucionais (situados na sociedade civil, são associações formadoras de opinião, grupos de interesse, sindicatos, associações culturais etc.). Ou seja, há um centro e uma periferia no sistema democrático, e só a partir da inter-relação dos dois há a possibilidade de um governo democrático (GOHN, 2014, p.55).

Enquanto que Santos, atribui a questão da democracia deliberativa aos movimentos sociais e a construção de uma teoria da emancipação social. Segue o ponto de vista deste autor, segundo Gohn (2014):

Santos alerta que um novo conteúdo democrático só será definido a partir de rupturas com o sistema político atual, com uma nova forma política do Estado que realize uma refundação democrática da administração pública, assim como uma profunda democratização no terceiro setor, de forma a conciliar cidadania e comunidade. Dando grande ênfase a esta última, Santos analisa a comunidade como um princípio que deve ser valorizado para sobrepor-se aos outros dois princípios de regulação da modernidade: o Mercado e ao Estado (GOHN, 2014, p. 56).

Quanto à democracia participativa segundo Macpherson (1978 apud Lüchmann, 2012, p. 4), “a ideia de democracia participativa surgiu no contexto dos movimentos estudantis durante os anos de 1960, difundindo-se para outros setores, como as classes trabalhadoras, que passam a demandar maior controle e melhores condições de trabalho durante as décadas de 1960 e 1970”.

De acordo com Lüchmann (2012), o eixo central da democracia participativa está na participação direta dos cidadãos nas discussões para tomada de decisões e na formulação de políticas públicas.

Ou seja, na democracia participativa, a população além de participar ativamente das discussões que lhes afetam diretamente, também tem voz ativa nas tomadas de decisões.

3. AS TRAJETÓRIAS DOS MOVIMENTOS SOCIAIS NEGROS: Frente Negra Brasileira (FNB); Teatro Experimental do Negro (TEN) e Movimento Negro Unificado (MNU)

Segundo Fernandes (1972), o negro não foi preparado previamente nem para ser escravo e muito menos como liberto, e por isso trouxe conseqüências graves tanto para negro como mulatos ao se tornarem trabalhadores livres, porquanto, não tinham disciplina e achavam que poderiam desempenhar esse novo papel sócio-econômico, quando, como e onde preferiam, causando maior rejeição por parte dos empregadores brancos, porquanto, a sociedade já os discriminava pela sua cor. Além disso, a situação do negro/mulato se agravou ainda mais com a chegada dos imigrantes europeus, mão-de-obra melhor qualificada.

Ainda, segundo este autor, em razão das dificuldades de o homem negro achar trabalho assalariado:

O único elemento dessa população que contava com emprego assalariado mais ou menos certo era a mulher, que poderia dedicar-se aos serviços domésticos. De modo que ela se tornou rapidamente, o esteio dos agrupamentos domésticos, já que dela provinha o sustento parcial ou total da casa, a roupa e a comida do marido ou do amásio e até o dinheiro com que estes enfrentavam as pequenas despesas (FERNANDES, 1972, p. 90).

De acordo com Fernandes (1972), esta situação dos homens sem trabalho, pensando que seria coisa passageira, tomou proporções consideráveis, e a maioria da população negra e mestiça da cidade, neste caso, o autor estava falando especificamente da cidade de São Paulo, passaram a viver numa miséria coletiva sem precedente, de degradação moral e de vida social desorganizada. “o abandono do menor, do doente ou do velho, a ‘mãe solteira’, o alcoolismo, a vadiagem, a prostituição, a criminalidade ocasional ou sistemática repontam como dimensões normais de um drama humano sem precedentes na história social do Brasil” (FERNANDES, 1972, p. 90)

Fernandes (1972) afirma que nenhum agregado humano poderia ficar totalmente inerte diante da situação vivida pela população negra e aos poucos foram surgindo forças com tímidas tentativas de crítica e autodefesa, a

exemplo de imprensa negra que difundia a autoconsciência da situação da população negra no Brasil e o “abandono do negro”; também surgiram organizações dispostas a levantar a bandeira desta gente ao campo prático.

Em relação a essas atitudes, assim se manifestou Fernandes (1972):

Pela primeira vez na história social da cidade, negros e mulatos coligavam-se para defender os interesses econômicos, sociais e culturais da “raça”, buscando formas de solidariedade e de atuação social organizada que redundassem em benefício da reeducação do negro, na elevação progressiva de sua participação no nível de renda, no estilo de vida e das atividades políticas da coletividade e, por conseguinte, de sua capacidade em converter-se em *cidadão*, segundo os modelos impostos pela sociedade inclusiva (FERNANDES, 1972, p. 92).

Apesar disso, os movimentos sociais atraíram pequenas parcelas da população negra em São Paulo, que eram tidas pelos brancos como alarmantes, e segundo Fernandes (1972):

Os movimentos sociais não serviram senão para criar um marco histórico e redefinir as atitudes ou os comportamentos de negros e mulatos. Desmascarando a ideologia racial dominante, eles elaboraram uma contra-ideologia racial que aumentou a área de percepção e de consciência da realidade racial brasileira por parte do negro. Doutro lado, acentuando certas tendências igualitárias fundamentais, levaram o negro a empunhar a bandeira da democracia racial, exigindo para si condições equitativas de participação do nível de renda, do estilo de vida e das prerrogativas sociais das outras camadas da comunidade (FERNANDES, 1972, p.92).

Os trabalhos reivindicatórios desenvolvidos pelos movimentos sociais negros, segundo esse autor, foram de forma pacífica e buscando resolver seus problemas dentro da normalidade das técnicas sociais e aproveitando as oportunidades de que desfrutavam os brancos, mas não surtiram efeitos entre os brancos que continuavam discriminando o negro e, além disso, avaliaram as atitudes dos movimentos como “perigoso”, porque a população negra organizada poderia tomar conta e seria difícil conter.

Entre os movimentos sociais negros da década de 1930, o mais influente e com grande destaca da defesa dos negros e na luta contra a discriminação racial foi a Frente Negra Brasileira (FNB).

De acordo com o site Palmares Fundação Cultura², a Frente Negra Brasileira foi fundada em 16 de setembro de 1931 e durou até 1937, tornando-se partido político em 1936. Foi a mais importante entidade de afro-descendentes na primeira metade do século no campo sócio-político.

Também informação deste site que transcreve depoimento de Francisco Lucrecio que foi um dos fundadores da *Frente Negra Brasileira* (FNB) e trabalhou no jornal *Senzala* e assumiu o cargo de secretário-geral da FNB, em 1934, quando a entidade foi presidida por Justiniano Costa, afirma em seu depoimento que existiam diversas entidades negras, mas a única que veio com uma proposta de luta para conquistar posições para o negro em todos os setores da vida brasileira foi a Frente, que também enveredou pela questão política, porquanto concluíram que suas conquistas passavam indubitavelmente pelo campo da política.

Em 1936, a Frente Negra Brasileira (FNB) tornou-se um partido político, apesar de sua influência e ser entidade mais ativa desde a sua fundação, concretizando um de seus ideais de luta por meio da política, fazendo parte diretamente do poder para tornar realidade às aspirações da população negra, mas sua vida como partido político durou pouco, em razão da implementação do Estado Novo em 1937 por Getúlio Vargas, que decretou sua extinção juntamente com todos os outros partidos existentes no Brasil.

No Estado Novo (1937 a 1945) os movimentos sociais foram proscritos legalmente por Getúlio Vargas, e com isso “negros e mulatos em ascensão social passaram a dar preferência a uma estratégia estreitamente egoísta e individualista de ‘solução do problema do negro” (FERNANDES, 1972, p. 93).

Às vésperas do término do Estado Novo, na esfera das artes cênicas e, justamente pela *invisibilidade* da pessoa negra, em 1944, Abdias Nascimento³ criou o Teatro Experimental do Negro⁴ (TEN), ideia surgida após

² <http://www.palmares.gov.br/archives/2913?lang=en> Acesso em 24/01/2018

³ Abdias do Nascimento foi um dos fundadores da Frente Negra Brasileira (importante movimento iniciado em São Paulo) em 1931, criou o Teatro Experimental do Negro (TEN) em 1944, foi secretário de Defesa da Promoção das Populações Afro-Brasileiras do Rio de Janeiro, deputado federal pelo mesmo Estado em 1983 e senador da República em 1997. É autor de vários livros: *Sortilégio*, *Dramas para negros e prólogo para brancos*, *O negro revoltado*, entre outros. Também é Professor Benemérito da Universidade do Estado de Nova York e doutor Honoris Causa pelo Estado do Rio de Janeiro.

assistir uma peça teatral na capital do Peru (Lima) em que o papel trágico de um negro era vivido por um ator branco tingido de preto.

Segundo o site scielo (artigo publicado em 5/12/2003), o propósito do TEN era:

[...] resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana européia, imbuída de conceitos pseudo-científicos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramático, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países.

Abdias do Nascimento tinha uma inquietação diante da ausência dos negros e dos temas sensíveis à história da população negra nas representações teatrais brasileiras. Em geral, quando lhes era concedido algum espaço cênico, aos atores/atrizes negros/as eram destinados papéis secundários e pejorativos. Havia, segundo ele, uma rejeição do negro como “personagem e intérprete, e de sua vida própria, com peripécias específicas no campo sociocultural e religioso, como temática da nossa literatura dramática.” (Nascimento, 2004, p. 210).

Por essa razão, o TEN foi pensado para ser um organismo teatral que promovesse o protagonismo negro. Nas palavras do próprio Abdias do Nascimento, o TEN teria como papel defender a “verdade cultural do Brasil”.

O Teatro Experimental do Negro tinha grandes ambições artísticas e sociais, dentre elas, estava a exaltação/reconhecimento do legado cultural e humano do africano no Brasil.

A atuação do TEN não se limitava ao teatro ou a uma crítica social restrita à esfera discursiva. As aspirações do grupo incluíam a melhoria real da

⁴ http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019 Acesso em 24/01/2018.

qualidade de vida da população afro-descendente, o que não podia prescindir do engajamento político de artistas, autores, diretores e demais formadores de opinião. Assim, o TEN organizou o Comitê Democrático Afro-Brasileiro e, em seguida, a Convenção Nacional do Negro, que apresentou à Constituinte de 1946, entre outras propostas, a inserção da discriminação racial como crime de lesa-pátria. Merece destaque também a realização, em 1950, do 1º Congresso do Negro Brasileiro, e a edição entre os anos de 1948 e 1951 do jornal Quilombo.

As dificuldades financeiras, porém, selaram a história do TEN, no ano de 1961. Todavia, não obstante o curto tempo de duração do grupo, o Teatro Experimental do Negro, juntamente com o grupo Os Comediantes, é responsável por inaugurar o teatro moderno brasileiro.

Golpe Militar de 1964, novamente os movimentos sociais foram sufocados pelo regime ditatorial (1964 a 1985), sobrevivendo na clandestinidade como aconteceu com os movimentos sociais negros, mas isto não significa que não houve por parte dos movimentos sociais várias frentes de lutas em todos os setores da sociedade, nos campos e nas cidades, armados ou não, contra a ditadura militar.

Segundo Gonzalez e Hasenbalg (1982, p. 17), “Discriminação racial? Era proibido falar dessas coisas naqueles anos de ‘milagre’, uma vez que se estaria ferindo a Lei de Segurança Nacional por crime de subversão”.

O Movimento Negro Unificado⁵ (MNU), foi fundado em pleno regime militar (18/06/1978), com a unificação de vários movimentos negros, em resposta à discriminação racial sofrida por quatro garotos do time infantil de voleibol do Clube de Regatas Tietê e a prisão, tortura e morte de Robison Silveira da Luz, trabalhador, pai de família, acusado de roubar frutas numa feira sendo torturado no 44º Distrito Policial de Guaianazes, vindo a falecer em consequência das torturas, com a finalidade de lutar contra a discriminação racial.

Para enfrentar o racismo, a discriminação racial, o Movimento Negro Unificado (MNU), mudou a forma de luta da população negra, saindo das salas de debates e conferências, atividades lúdicas e esportivas, para ações de

⁵ <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-militar/> Acesso em 22/01/2018.

confronto aos atos de racismo e discriminação racial, elaborando panfletos e jornais, realizando atos públicos e criando núcleos organizados em associações recreativas, de moradores, categorias de trabalhadores, nas universidades públicas e privadas.

De acordo com Gonzalez e Hasenbalg (1982), o lançamento do MNU foi dia 07 de julho de 1978, em ato público nas escadarias do Teatro Municipal de São Paulo onde reuniu mais de duas mil pessoas e foi lida por todos, Carta Aberta à População, com o título “Contra o Racismo”⁶.

Conforme esses autores (1982), o princípio básico do MNU era “o trabalho de denúncia permanente de todo ato de discriminação racial, a constante organização da Comunidade para enfrentarmos todo e qualquer tipo de racismo” (GONZALEZ E HASENBALG, 1982, p. 49).

A partir do lançamento do MNU em São Paulo as pessoas engajadas ao movimento negro contra a discriminação racial, entre estas a própria Lélia Gonzalez e Abdias do Nascimento, começaram a espalhar os ideais do movimento e arregimentar pessoas em cidades do Brasil para lutar pela causa, tendo como as primeiras, Rio de Janeiro, Salvador e Belo Horizonte.

Segundo Guimarães (2005), a agenda dos movimentos negros poderia ser resumida a um combate antirracista em três frentes:

- a) recuperação da auto-estima negra, por meio da modificação de valores estéticos, da reapropriação de valores culturais, da recuperação de seu papel na história nacional, e do avivamento do orgulho racial e cultural;
- b) combate à discriminação racial, por meio da universalização da garantia dos direitos e das liberdades individuais, incluindo os negros, mestiços e pobres;
- c) combate às desigualdades raciais, por meio de políticas públicas que estabeleçam, a curto e médio prazo, um maior equilíbrio de riqueza, prestígio social e poder entre brancos e negros (GUIMARÃES, 2005, p. 228).

⁶ “Hoje estamos na rua numa campanha de denúncia! Campanha contra a discriminação racial, contra a opressão policial, contra o desemprego, o sub-emprego e a marginalização. Estamos nas ruas para denunciar as péssimas condições de vida da Comunidade Negra. Hoje é um dia histórico. Um novo dia começa a surgir para o negro! Estamos saindo das salas de reuniões, das salas de conferências e estamos indo para as ruas. Um novo passo foi dado na luta contra o racismo. Os racistas do Clube de Regatas Tietê que se cubram, pois exigiremos justiça. Os assassinos de negros que se cuidem, pois a eles também exigiremos justiça!” (GONZALEZ E HASENBALG, 1982, p. 48 e 49).

Os movimentos sociais negros desde sua criação embrionária nunca abandonaram seus objetivos iniciais, mas se expandiram, e se adaptando à realidade vivida em cada época.

4. AS MUDANÇAS: novos atores e formas de ações coletivas

Nesse novo milênio, em consequência do descrédito dos movimentos sociais tradicionais junto à população aliado aos fenômenos globalizados exigindo uma nova postura surgiram novos atores e formas de ações coletivas para atendimento das necessidades das populações mais vulneráveis e excluídas do sistema.

Segundo Gohn (2014), diante de uma conjuntura social e política contraditória na América Latina nesse novo milênio, os movimentos sociais:

Perderam muito sua força política junto à população, em virtude da decepção e da não credibilidade em geral da sociedade civil para com os políticos, da composição da arena político-partidária e dos processos morosos de participação social (GOHN, 2014, p. 59).

No Brasil, os movimentos sociais, entre estes os negros, de acordo com hipótese levantada por Gohn (2014), perderam força política como agentes autônomos se transformando em instrumento de institucionalização de práticas sociais organizadas e impostas de cima para baixo como forma de controle e normatização da população, ou seja, perderam a essência de universalidade, na luta e conquista de igualdade de direitos para todos, se tornando meios utilizados pelo governo para implementação ações sociais que interessam àqueles que estão no poder, sem participação alguma da comunidade envolvida, e sendo atendidas somente determinadas parcelas da população.

A sociedade civil é representada quase que exclusivamente pelas ONGs e entidades do terceiro setor, com o que os movimentos sociais se enfraqueceram, porquanto as atenções da população e do governo estão voltadas para as entidades do terceiro setor, inclusive foi implementado no ordenamento jurídico recentemente, o chamado Marco Regulatório do Terceiro

Setor, por meio da Lei nº 13.019/14 com as alterações introduzidas pela Lei nº 13.204/15.

Em razão disso, as ONGs se tornaram gestoras de vários programas e projetos sociais que são financiados pelo governo com verbas públicas; são os novos atores de mobilização social, porquanto a população vendo/sentindo resultados mais imediatos de ações coletivas das ONGs prefere fazer parte destas em detrimento dos movimentos sociais, porém não percebe que estas agem de acordo com as diretrizes e planejamento do governo, não deixando margem de autonomia, sendo uma imposição de cima para baixo, e de forma assistencialista, porquanto não enfrenta o cerne do problema, diferentemente do que acontece nos movimentos sociais, porquanto estes, por meio de suas lutas, conseguem direitos de acordo com as necessidades da população envolvida, ou seja, de baixo para cima, fazendo com que se normatizem os direitos adquiridos e conquistados.

No Brasil, os movimentos sociais são afetados diretamente pela cultura política de dependência dos sistemas políticos, herança do tempo colonial e Gohn (2014) dá como exemplo, as Sociedades de amigos de Bairros, herança do populismo, e o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) e suas relações com o PT.

São poucos os movimentos sociais que atuam com autonomia, ou seja, sem interferências de instituições e/ou pessoas ligadas a ideologias partidárias ou com interesses pessoais sobrepondo ao do grupo, porquanto, a maioria dos movimentos são monitorados, coordenados por normas e devem seguir as instruções constantes dos projetos que são elaborados por terceiros (ONGs, grupo político-partidário; grupos de secretarias do governo etc.).

Uma mudança sentida pelos movimentos sociais está nas políticas de parceria do Estado com a sociedade civil, onde o foco central de análise é o agente da demanda. Raça, etnia, gênero, idade passam a ser privilegiados. “O sujeito coletivo se dilacera, fragmenta-se em múltiplos campos isolados. Sozinhos, esses múltiplos sujeitos não têm força coletiva, e o ponto de convergência entre eles é o próprio Estado” (GOHN, 2014, p. 64 e 65).

Na trajetória dos movimentos sociais negros, aqui mencionados neste trabalho, não sendo diferentes aos demais movimentos sociais, perderam forças, principalmente em razão dos regimes ditatoriais que existiram

no Brasil; afora isso, o fenômeno da globalização exigiu destes uma nova postura, e hodiernamente estão sofrendo um novo revés com a institucionalização das ações coletivas pelo Estado, com regulação normativa, regras e espaços demarcados, e não como um campo relacional de reconhecimento.

Neste milênio, as novas formas de mobilizações sociais afetaram os movimentos sociais tradicionais que perderam espaço, enquanto não buscaram se adaptar a essa nova realidade, inclusive com o uso das novas tecnologias.

Gohn (2014) define que seja “mobilização social”:

Refere-se a ativações que visam mudança de comportamentos ou adesão a dados programas ou projetos sociais. Mobilização social, nesta acepção, envolve uma série de processos que objetivam mudança de comportamento, aquisição de novos valores, acesso a meios de inclusão social etc. (GOHN, 2014, p. 65).

Para que haja a inclusão social e combate a quaisquer tipos de discriminação, os movimentos sociais devem contemplar em suas agendas:

O combate à exclusão em suas múltiplas faces e a respectiva luta por direitos (civis, políticos, socioeconômicos, culturais e ambientais); o reconhecimento da diversidade dos sujeitos sociais e do respectivo pluralismo das idéias; a promoção da democracia nos mecanismos de participação no interior das organizações e nos comitês da esfera pública, criando novas formas de governança (SCHERER-WARREN, 2006, p 15).

Diante dessa nova realidade de acordo com Gohn (2014), os movimentos sociais voltaram a ter visibilidade, porquanto, entenderam que existem outros movimentos com causas, demandas, projetos e visão de mundo bem diferente do que àquela entendida por eles. Por isso se transformaram e incorporaram outras formas de pensar e agir social.

Essa adaptação dos movimentos sociais às novas formas de mobilização social, assim se manifesta Scherer-Warren (2006):

Preparar os sujeitos para se tornarem atores de novas formas de governança requer a participação em diversos espaços: mobilizações de base local na esfera pública; empoderamento através dos fóruns e redes da sociedade civil; participação nos conselhos setoriais de parceria entre sociedade civil e Estado; e, nos últimos anos, a busca de uma representação ativa nas conferências nacionais e globais de iniciativa governamental em parcerias com a sociedade civil organizada.

Com a pluralidade de movimentos sociais cada qual com suas causas e interesses, com surgimento e fortalecimento das instituições do terceiro setor, principalmente as ONGs, muitas das vezes utilizadas pelo governo para acalmar o ímpeto da população e desqualificar os movimentos sociais, e o fenômeno da globalização enfraqueceram os movimentos sociais na busca por uma identidade coletiva, no recrutamento de voluntários apesar das novas tecnologias digitais e meios de comunicação, porquanto, se está buscando resolver problemas e interesses individualizados do grupo, perdendo com isso o princípio da universalidade, mas evidentemente que há exceções, razão da retomada de visibilidade dos movimentos sociais.

5. CONCLUSÃO

No Brasil os movimentos sociais, independentemente de suas ideologias, sofreram alguns revezes em razão dos regimes ditatoriais que existiram no Brasil, além das próprias dificuldades de sobrevivência, pois dependiam exclusivamente de seus membros engajados voluntariamente, como era e, é o caso dos movimentos sociais negros antes mencionados.

De acordo com a autora Maria da Glória Gohn, que embasou grande parte deste trabalho, mudanças globais aconteceram, como a globalização, surgindo novos atores e novas formas de ações coletivas, e via de consequência, novas teorias dos movimentos sociais.

Diante dessas mudanças, os movimentos sociais se enfraqueceram, perdendo espaço para as instituições do terceiro setor, mais precisamente para as Organizações Não Governamentais – ONGs, as quais tiveram o apoio financeiro por parte do governo e sua normatização, e utilizando-as como meio de controlar e manipular a população de acordo com seus interesses, apesar das ações assistencialistas despendidas às populações periféricas.

Os movimentos sociais, negros ou não, quase perderam completamente o princípio essencial de suas lutas, o da universalidade, porquanto, os interesses foram fragmentados, pontuais, individualizados conforme o interesse e necessidade do grupo social a ser contemplado pelas

ações sociais, pelas políticas públicas e ações afirmativas impostas pelo governo, e na maioria das vezes, não conquistadas por estes.

As novas teorias dos movimentos sociais, não abandonando àquelas clássicas, vêm ajudar a compreender essa nova realidade, com aparecimento de novas categorias, como a “mobilização social” utilizada como instrumento estratégico nas ações coletivas; democracia participativa e deliberativa; as ONGs e outras entidades do terceiro setor; novos conceitos foram introduzidos, como capital social, inclusão social, empoderamento da comunidade, responsabilidade social.

Após esse primeiro impacto, aos poucos, os movimentos sociais vão retomando sua importância nas lutas por novos direitos e igualdade para todos.

REFERÊNCIAS

ENCICLOPÉDIA ITAÚ CULTURAL. **Teatro Experimental do Negro**. In.: Enciclopédia Itaú Cultural. Atual. 2016. Disponível em: <http://enciclopedia.itaucultural.org.br/grupo399330/teatro-experimental-do-negro> Acesso em 26/01/2018.

FERNANDES, Florestan. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1972. Disponível em: <https://eraju2013.files.wordpress.com/2013/09/fernandes-florestan-o-negro-no-mundo-dos-brancos-1.pdf> Acesso em 22/01/2018.

GELEDÉS. INSTITUTO DA MULHER NEGRA. **Movimento Negro Unificado**. Atual. 2010. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/movimento-negro-unificado-militao/> Acesso em 22/01/2018.

GOHN, Maria da Glória. **Novas teorias dos movimentos sociais**. 5ª. Edição. São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Teoria dos movimentos sociais: paradigmas clássicos e contemporâneos**. 9. Ed. São Paulo: Loyola, 2011.

_____. **O protagonismo da sociedade civil: movimentos sociais, ONGs e redes solidárias**. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. **Movimentos sociais na contemporaneidade**. Trabalho encomendado pelo Grupo de Trabalho Movimentos Sociais e Educação, apresentado na 33ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Caxambu (MG), de 17 a 20 de outubro de 2010. Revista Brasileira de Educação v. 16 n. 47 maio-ago. 2011 p. 333 a 361. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a05.pdf> Acesso em 25/01/2018.

GONZALEZ, Lélia; HASENBALG, Carlos. **Lugar de Negro**. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero Ltda., 1982. Disponível em: <https://negrasoulblog.files.wordpress.com/2016/04/lc3a9lia-gonzales-carlos-hasenbalg-lugar-de-negro1.pdf> Acesso em 25/01/2018.

LÜCHMANN, Lígia Helena Hahn. **Modelos contemporâneos de democracia e o papel das associações**. Revista de Sociologia e Política versão *on-line*. Vol. 20, nº 43. Curitiba out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782012000300004&lng=pt&nrm=iso&tling=pt Acesso em 21/01/2018.

NASCIMENTO, Abdias. **Teatro experimental do negro: trajetórias e reflexões**. Revista Estudos avançados. Vol. 18 nº 50. São Paulo. Jan./Apr. 2004. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100019. Acesso em 24/01/2018.

PALMARES FUNDAÇÃO CULTURAL. **Frente Negra Brasileira**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/2913?lang=en> Acesso em 24/01/2018.

_____. **Teatro Experimental do Negro**. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/40416> Acesso em 24/01/2018.

PASSOS, Joana Célia dos; NOGUEIRA, João Carlos. Movimento negro, ação política e as transformações sociais no Brasil contemporâneo. **Revista Política & Sociedade**. Florianópolis, vol. 13, nº 28, p. 105-124, set./dez. 2014. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2175-7984.2014v13n28p105> >. Acesso em 20/02/2018.

SCHERER-WARREN, Ise. Das mobilizações às redes de movimentos sociais. **Revista Sociedade e Estado**. Brasília, v. 21, n. 1, p. 109-130, jan./abr. 2006. Disponível em: < <http://www.scielo.br/pdf/se/v21n1/v21n1a07>>. Acesso em 20/02/2018.